

ATUAÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO

Luiz Antonio Koritiake¹

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

UNISO – Universidade de Sorocaba/Brasil

lkoritiake@globocom.com

Resumo: O texto trata das novas solicitações feitas à educação tendo em vista a reestruturação das organizações que buscam uma maior competitividade no mercado. Algumas propostas elaboradas por organismos internacionais são analisadas por exercerem e ter exercido uma influência significativa nos rumos da educação brasileira. O autor define o final dos anos de 1980 e a década de 1990, como foco deste estudo, por entender que estas propostas foram às principais referências para as transformações educacionais que hoje estão se consolidando.

Palavras chave: educação; reformas educacionais; organismos internacionais

INTRODUÇÃO

Diversos organismos e agências internacionais vêm exercendo uma influência significativa nas políticas educacionais em países emergentes. Inspirados no modelo neoliberal - abordagem economicista para a educação básica, estas instituições multilaterais vêm impondo prioridades (mudanças na legislação, investimentos/financiamento, programas...) que têm interferido nas políticas educacionais de algumas nações, principalmente naquelas consideradas emergentes e que estão submetidas aos ajustes macroeconômicos impostos pelo Fundo Monetário Internacional - FMI.

A década de 1980 constituiu um período importante de reorientação do papel das políticas públicas nos países do Terceiro Mundo, principalmente na América Latina, em função da crise de endividamento desses países, propiciando um contexto favorável para estes organismos imporem cláusulas para as renegociações das dívidas externas.

O processo de implantação dessas novas orientações de políticas públicas, no nosso caso de políticas educacionais, não se consolidou simultaneamente em todos os países nos anos de 1980. No caso brasileiro, por exemplo, se estendeu pela década de 1990.

Neste estudo queremos destacar algumas diretrizes do Banco Mundial - BM, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe - CEPAL, que influenciaram nas reformas dos sistemas educacionais de países da América Latina, no final dos anos de 1980 e década de 1990, as quais estão se consolidando neste século XXI.

Os documentos que serão analisados representam os principais textos publicados nos anos de 1990, período que marcou as tendências destes organismos para as políticas educacionais, como uma estratégia necessária para os países da América Latina alcançar um nível de competitividade capaz de colocá-los numa posição de maior destaque na economia mundial.

1 PROPOSTAS DO BANCO MUNDIAL

O BM, criado em 1944, exerceu nos seus primeiros anos um papel de reconstrutor dos países atingidos pela guerra. De meados da década de 1950 até o início dos anos de 1970 com as crescentes tensões da Guerra Fria, teve como missão a incorporação dos países do Terceiro Mundo ao bloco ocidental não comunista, por meio da criação de programas de assistência econômica e de empréstimos crescentes voltados às políticas de industrialização. “A tese central que regia essa orientação era a de que a pobreza desapareceria como consequência do crescimento econômico desses países.” (AÇÃO EDUCATIVA, 2005, p.8)

Apesar de duas décadas (anos 1950 e 1960) de crescimento econômico a pobreza persistiu, aprofundaram-se as desigualdades entre países ricos e pobres. Diante desta situação, o Banco amplia o leque de setores nos quais deveria investir – agricultura e social, além dos projetos de infra-estrutura e industrialização já existentes. “É a partir do decênio 1970-80 que se acentua, no discurso do Banco, uma preocupação mais recorrente com a questão da pobreza.” (AÇÃO EDUCATIVA, 2005, p.9)

Desde a década passada (1990) o Banco tem se manifestado e considerado que o investimento em educação é a melhor forma de combater a pobreza. As políticas sociais, caso da educação,

[...] estão direcionadas para *compensar* conjunturalmente os efeitos da revolução tecnológica e econômica que caracterizam a globalização. Elas são o complemento necessário para garantir a continuidade da política de ajuste estrutural, [...] (CORAGGIO, 1996, p. 78. grifo do autor).

Fonseca (1998, p.82-122) afirma que as políticas sociais, mais especificamente a educação, é tratada pelo Banco como medida compensatória para proteger os pobres e aliviar as tensões no setor social.

Para tanto, entre as recomendações do Banco, no que tange ao fornecimento dos serviços básicos aos pobres, o foco está na área de saúde, planejamento familiar, nutrição e educação básica.

O BM no documento *Priorities and Strategies for Education* (Prioridades e Estratégias para a Educação), publicado em 1995, apresenta as diretrizes para a educação básica dos países em desenvolvimento, recomendando a implantação dos seguintes elementos: a melhoria da qualidade e da eficácia da educação; a ênfase nos aspectos administrativos e financeiros; a descentralização e autonomia das instituições escolares; a maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares; o impulso para o setor privado e organismos não-governamentais no terreno educativo; a mobilização e alocação eficaz de recursos adicionais para a educação; um enfoque setorial; a análise econômica como critério dominante na definição das estratégias. (BANCO MUNDIAL, 1995, p.1-16)

Outros documentos do Banco têm reforçado estas diretrizes como: *Education for Dynamic Economies: Action Plan to Accelerate Progress Towards Education For All* (EFA) (2002); *Secondary Education in Brazil* (2000); *Informe sobre el Desarrollo Mundial. Servicios para los Pobres. Servicios de Educación Básica* (2003); *User Fees in Primary Education* (2004)².

Alguns elementos merecem destaque nas diretrizes citadas no documento *Priorities and Strategies for Education*, pois o mesmo marca a tendência do Banco em relação à educação, dentro da prioridade educação básica.

Uma das preocupações do Banco está no aumento populacional enquanto gerador de pressões sociais. Desta forma, a educação passa a ser uma importante medida para a contenção demográfica e para o aumento da produtividade. Por isso a ênfase na educação básica, pois é ela quem prepara a população, principalmente feminina, para o planejamento familiar e a vida produtiva. (ALTMANN, 2002, p.79)

Fonseca (1996, p. 233) entende que,

a política do Banco para a educação primária³ tem sido fundamentada por estudos populacionais realizados diretamente pelo BIRD ou sob seus auspícios. Os resultados atribuem ao nível primário maior capacidade de preparação da população feminina para a aceitação das políticas de planejamento familiar e também para o estímulo à intensificação de sua participação na vida produtiva, [...].

Em duas Metas de Desenvolvimento do Milênio⁴ constatamos também a preocupação do BM:

Garantir, para o ano 2015, que os meninos e meninas de todo o mundo possam concluir um ciclo completo do ensino fundamental.
Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis do ensino até fins de 2015. (PNUD, 2000)

Portanto o Banco entende que os investimentos na educação básica poderão contribuir para a contenção da pobreza, redução das taxas de natalidade e maior inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho, resultado do acúmulo de informações.

O BM entende que para haver uma melhoria da qualidade da educação, ou seja, um aprendizado efetivo é necessário uma atenção maior nos seguintes aspectos: bibliotecas; tempo de instrução; tarefas de casa; livros didáticos; conhecimentos e experiência do professor; laboratórios; salários do professor; e tamanho da classe. Recomenda o Banco o investimento prioritariamente no aumento do tempo de instrução, na oferta dos livros

didáticos e no melhoramento do conhecimento do professor, privilegiando a formação em serviço. (TORRES, 1996, p. 134; ALTMANN, 2002, p.80)

No nosso entender reduzir a educação ao simples abastecimento de alguns insumos não vai alterar significativamente a qualidade, pois a educação não é somente o resultado da presença desses elementos, principalmente quando cada insumo é priorizado ou não, em função da incidência sobre a aprendizagem e seu custo, nesta situação, “[...] obtém-se a relações de custo-benefício referentes aos objetivos da aprendizagem” (CORAGGIO, 1996, p. 107). Desta forma, “a escola passa a ser analisada com critérios do mercado e a escola é comparada a uma empresa.” (TORRES, 1996, p. 140)

A ênfase nos aspectos administrativos e financeiros está vinculada à descentralização e autonomia das instituições escolares, entendida como transferência de responsabilidades de gestão e de captação de financiamento, enquanto ao Estado caberia manter centralizadas as funções de fixar padrões, facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar, adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos e monitorar o desempenho escolar. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 6-8)

As reformas educacionais realizadas em diversos países em desenvolvimento buscam enfatizar a descentralização das políticas educacionais e incrementar a autonomia das escolas adequando-as às exigências da reestruturação produtiva dentro de um processo de enxugamento do Estado.

Para Bueno (2004, p.180),

Associada à idéia de modernização gerencial, à racionalização na produtividade dos recursos e à desconcentração do poder, a descentralização tem sido referenciada como solução para o perfil negativo desenhado para a máquina administrativa governamental tradicional: gigantismo, ineficiência, ausência de mecanismos de controle e incapacidade de prestar serviços, estrutura afastada de problemas, compartimentalizada, sem transparência, provocadora de superposições e descontrolado de tomadas de decisões.

É importante ressaltar que a autonomia nas instituições escolares não se limita às questões de ordem administrativa e financeira, destaca aqui a possibilidade da escola definir seu projeto político pedagógico. E quanto à descentralização proporciona uma maior mobilidade administrativa às unidades escolares, uma vez que diluem as responsabilidades da união, dos estados e dos municípios. (OLIVEIRA, 2000, p. 254)

Outro elemento proposto pelo Banco Mundial é a maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares. Esta participação,

[...] vista sobretudo como uma condição que facilita o desempenho da escola como instituição (mais que como um fator de correção e como uma relação de mútuo benefício entre escola/família e escola/comunidade), refere-se a três âmbitos: (a) a contribuição econômica para a sustentação da infra-estrutura escolar; (b) os critérios de seleção da escola; (c) um maior envolvimento na gestão escolar. (TORRES, 1996, p. 136)

Dentro deste elemento proposto está o argumento de que o Estado não consegue financiar as políticas sociais por carência de recursos e não pode administrá-las por falta de racionalidade, sendo assim, tomam lugar as propostas de planejamento e gestão que apelam para a participação da sociedade, tanto na manutenção quanto na administração do sistema de ensino. (OLIVEIRA, 2000, p. 250)

Portanto, o Banco com sua proposta quer assegurar a participação de pais e da sociedade em geral no processo educacional, tais como, na gestão da escola, através de colegiados, nos Conselhos de Escola, Associações de Pais e Mestres e outros; e no financiamento da educação através de doações ou contratos de parcerias com a escola ou mesmo como referenciais de modelo eficaz de gestão.

Nas propostas elaboradas pelo Banco Mundial podemos considerar que o impulso para o setor privado e para organismos não-governamentais de assuntos educativos são mais uma das formas de descentralização, cabendo a estes agentes a tomada de decisão e a implementação de ações no terreno educacional, dentro de uma proposta do Banco de

diversificação da oferta da educação, a fim de ampliar a competitividade, considerada como mecanismo chave da qualidade.

A mobilização e alocação eficaz de recursos adicionais para a educação básica é proposta do Banco no sentido de uma melhor redistribuição das despesas educativas, pois está se privilegiando este ou aquele nível do sistema de ensino em detrimento de outros e da própria redefinição do papel do Estado em relação à educação (descentralização/autonomia) exigindo assim, uma maior contribuição das famílias e das comunidades nos custos da educação. (TORRES, 1996, p 137)

O enfoque setorial, apresentado como superação do enfoque por projeto, está longe da abordagem necessária para pensar e atuar na promoção do desenvolvimento sustentável de nossas sociedades (CORAGGIO, 1996, p. 96). Sendo assim, este enfoque não foi capaz “[...] de construir as bases para o desenvolvimento sustentável, como ainda (foi) responsável pela desestruturação da sociedade e da economia de diversos países onde foi aplicado.” (SOARES, 1996, p. 25)

Com base em análises econômicas é que se definem as estratégias das políticas educacionais. Segundo o Banco, é a principal metodologia para a aplicação dos investimentos, sendo, portanto, um diagnóstico para iniciar o processo de estabelecimento das prioridades. Além do cálculo das relações financeiras de custo benefício, o instrumental economicista de abordagem da educação implica, em última análise, na gradual introjeção e institucionalização de valores da esfera do mercado no âmbito da educação e da cultura. (CORAGGIO, 1996, p. 95)

A educação é proposta pelo Banco como a prestação (pública ou privada) de um serviço e não como um direito de todos à transmissão construção e troca de saberes, culturas e valores. Nessa perspectiva,

[...] o Banco estabeleceu uma correlação (mais do que uma analogia) entre sistema educativo e sistema de mercado, entre escola e empresa, entre pais e consumidores de

serviços, entre relações pedagógicas e relações de insumo-produto, entre aprendizagem e produto, esquecendo aspectos essenciais próprios da realidade educativa. (CORAGGIO, 1996, p. 102)

No nosso entender nas diretrizes preconizadas neste documento *Priorities and strategies for education*, o BM apesar de registrar a afirmação que a “*educação é um direito universal*” propõe ações em direção ao ideário mercantilista, quando vincula os investimentos públicos com a educação aos resultados de produtividade e eficiência com menor custo.

2 PROPOSTAS DA CEPAL

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile.

A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas. Foi criada para coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, coordenar as ações encaminhadas para sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe incorporando ao objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável⁵.

Neste trabalho tomamos como referência, para nossas considerações, dois documentos publicados pela CEPAL, que têm sido considerados na reformulação das políticas públicas nos países latinos americanos, pois abordam orientações especialmente no nível econômico-social.

No primeiro, “*Transformação Produtiva com Equidade*” (CEPAL, 1990), a CEPAL dedicou-se particularmente ao estudo dos desafios que propõem a necessidade de retomar o caminho do crescimento sustentado, assim como a consolidação de sociedades plurais e democráticas. Neste documento foram consideradas questões tais como o papel da política social; o tratamento dos aspectos ambientais e demográficos e a estratégia educativa; a

necessidade do progresso técnico para a inserção de maneira competitiva no âmbito global, para consolidar a estabilidade das economias da região e para dinamizar seu processo de expansão⁶.

O segundo documento, “*Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*”, de 1992⁷, produzido pela CEPAL/UNESCO é uma proposta de política de articulação entre educação, conhecimento e desenvolvimento. Tem como objetivo garantir o progresso técnico para a América Latina e Caribe, assegurando que a transformações econômicas, que vêm ocorrendo, sejam acompanhadas de equidade social, como sugerido no documento “*Transformação Produtiva com Equidade*” (CEPAL, 1990).

A preocupação da CEPAL com a educação, tida como propulsora de novos paradigmas e de novas práticas, pode ser notada em função das propostas de reformulação do setor educacional, de maneira a torná-la sintonizada com as grandes mudanças no setor produtivo e da competitividade decorrente da globalização.

Segundo a CEPAL (1992),

[...] é fundamental conceber e por em prática uma estratégia para dar impulso à transformação da educação e da capacitação e para aumentar o potencial científico-tecnológico da região, com vistas à formação de uma cidadania moderna, vinculada tanto à democracia e à equidade quanto à competitividade internacional dos países, que possibilite o crescimento sustentado, apoiado na incorporação e na disseminação do progresso técnico. (CEPAL, 1992. In Bielschowsky, 2000, p. 914)

Para que os países se tornem competitivos no mercado internacional, a CEPAL preconiza que é necessário dispor de recursos humanos qualificados para difundir o progresso técnico e incorporá-lo ao sistema produtivo de bens e serviços. Para tanto, aposta no domínio de um conjunto de conhecimentos e destrezas, transmitidos pela escola.

As políticas propostas pela CEPAL/UNESCO, no documento “*Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*”, de 1992, para atender o crescimento sustentável da América Latina e Caribe estão delineadas em sete pontos:

O primeiro enfatiza o propósito estratégico de superar o relativo isolamento do sistema de ensino, capacitação e aquisição de conhecimento científico-tecnológico, abrindo-o para os requisitos sociais. A superação deste isolamento é considerada a fonte mais fértil de dinamismo e mudança em cada subsistema e nas relações entre todos eles. Os dois âmbitos seguintes referem-se aos resultados buscados com essa abertura: assegurar o acesso universal aos códigos da modernidade e impulsionar a criatividade, no acesso, difusão e inovação em matéria científico-tecnológica. Os quatro seguintes são de caráter instrumental: gestão institucional responsável; profissionalização e papel protagonista dos educadores; compromisso financeiro da sociedade com a educação, a capacitação e o esforço científico-tecnológico; e cooperação regional e internacional. (CEPAL, 1992. In, Bielschowsky, 2000, p. 917)

O desafio está em conciliar a capacidade dos países e ou empresas acumularem conhecimento e cidadania, diante da grande massa da população excluída da sociedade. No entendimento dos técnicos da CEPAL, para este desafio a educação e escolarização são consideradas instâncias fundamentais, uma vez que são determinantes para o acesso universal aos códigos da modernidade, para impulsionar a criatividade no acesso, difusão e inovação científico-tecnológica.

O discurso e a crença na eficácia da educação como instrumento de distribuição de renda e equalização social aparece como ferramenta indispensável para os países emergentes atingirem o desenvolvimento sustentável preconizado pela CEPAL.

Para tanto,

O recurso à educação básica como condição de empregabilidade está fundamentado na mesma assertiva de que investindo em educação o indivíduo amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Assim, a escolarização dos indivíduos é vista como um instrumento para reduzir as disparidades na distribuição de renda e, conseqüentemente, as desigualdades sociais. (OLIVEIRA, 2000, p. 223)

Competitividade, equidade, democracia, alternativas ao crescimento, desenvolvimento humano, são palavras-chave que permanecem presentes nos debates que se realizam entre os diversos segmentos da sociedade civil e que vêm se incorporando em diversas propostas e políticas educacionais formuladas pelo setor público.

Educar para a competitividade, educar para o mercado, uma visão mercantilista da educação, que deixa de lado muitos valores que devem ser resgatados no fazer educacional, dentre eles: educar para a cidadania, educar para a participação política, educar para construir cultura... .

Estes dois documentos acima apresentados, embora não contemplem as idéias da CEPAL em sua totalidade, estabelecem como prioridade à reestruturação produtiva dos países da América Latina e do Caribe, um maior investimento em formação de recursos humanos, para a conquista de uma posição de sobrevivência competitiva no mercado global. Sendo que o sucesso no campo econômico, político e social, podem ser explicados, se não totalmente, pelo menos parcialmente, pela qualidade do serviço educacional oferecido.

3 PROPOSTAS DO UNICEF E DA UNESCO

O Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF foi criado no dia 11 de dezembro de 1946, por decisão unânime, durante a primeira sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Os primeiros programas do UNICEF forneceram assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China.

O princípio básico do UNICEF é o de “promover o bem-estar da criança e do adolescente, com base em sua necessidade, sem discriminação de raça, credo, nacionalidade, condição social ou opinião política.”⁸

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO foi fundada em 16 de novembro de 1945. A Organização serve como uma agência do conhecimento – para disseminar e compartilhar informação e conhecimento – enquanto colabora com os países membros na construção de suas capacidades humanas e institucionais em diversos campos. Em suma, a UNESCO busca promover a cooperação internacional entre seus 193 países nas áreas de educação, ciências, cultura e comunicação.⁹

O UNICEF e a UNESCO, com o apoio do BM, coordenaram as discussões da conferência realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990, denominada *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, cujo objetivo era estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna.

Durante a década de 90, a Educação para Todos serviu de marco para o delineamento e a execução de políticas educativas no mundo inteiro, principalmente em educação básica. [...] A Educação para todos veio dinamizar um processo de expansão e reforma educativa iniciado em muitos países em desenvolvimento muito antes de 1990. (TORRES, 2001, p. 7 e 10)

Os membros participantes da conferência de Jomtien assinaram uma Declaração Mundial e um Marco de Ação, comprometendo-se a garantir educação básica de qualidade para crianças, jovens e adultos estabelecendo objetivos para a década de 1990 voltados à *satisfação das necessidades básicas da aprendizagem* cuja realização solicita a integração da educação às demais políticas sociais.

A Declaração Mundial sobre a Educação para Todos¹⁰ tem como objetivo:

Artigo 1º: SATISFAZER A NECESSIDADE BÁSICA DA APRENDIZAGEM, estabelecendo que:

1. Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.
2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, lingüística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio-ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.

3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. É nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.

4. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação. (UNICEF/UNESCO, 1990. art. 1, itens 1- 4)

As necessidades básicas apresentadas no documento compreendem tanto os instrumentos para aprendizagem, como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas, quanto os conteúdos básicos da aprendizagem como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (UNICEF/UNESCO, 1990. art. 1, item 1)

Para Torres (2001, p. 40),

A Educação para Todos define as “necessidades básicas de aprendizagem” (NEBAs) num sentido muito amplo, incluindo nesse conceito conhecimentos, destrezas e valores indispensáveis para sobreviver, participar e exercer plenamente a cidadania, desenvolver as próprias capacidades, estar informado e capacitado para tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo dentro de um marco de educação e aprendizagem permanente.

Para atender este enfoque abrangente, *Satisfazer a necessidade básica da aprendizagem*, os membros da Conferência propõem que os países concentrem esforços em universalizar o acesso à educação e a promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; e fortalecer as alianças. (UNICEF/UNESCO, 1990. art. 2, item 1)

O documento reitera a prioridade em educação básica e para que ela se torne equitativa é necessário oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. Em consequência a educação deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, contribuindo para criar

e desenvolver possibilidades de desenvolvimento por toda a vida, num ambiente onde haja calor humano e vibração.

Ressalta a Conferência que as condições de trabalho e a situação social do pessoal docente, elementos decisivos no sentido de se implementar a educação para todos, devem ser urgentemente melhoradas em todos os países em desenvolvimento. As alianças serão necessárias em todos os níveis: entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias (UNICEF/UNESCO, 1990. art. 7).

Neste sentido a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, se caracteriza em seu texto, contrária à idéia de deixar na mão do mercado a decisão sobre qual projeto de desenvolvimento humano implantar nos diferentes países.

Dez anos depois, como muitos países não conseguiram alcançar o objetivo determinado na Conferência de Jomtien, a comunidade internacional se reuniu novamente em abril de 2000, em Dacar, Senegal, e reiterou seu compromisso de proporcionar Educação para Todos até 2015. Identificaram seis objetivos educativos¹¹ a fim de responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças e de todos os jovens e adultos até 2015:

1. Ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação para a primeira infância, especialmente no caso das crianças mais vulneráveis e em situação de maior carência.
2. Assegurar que, até 2015, todas as crianças, particularmente as meninas, vivendo em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso ao ensino primário gratuito, obrigatório e de boa qualidade.
3. Assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizado de todos os jovens e adultos através de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de treinamento para a vida.
4. Alcançar, até 2015, uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres, bem como acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos.
5. Eliminar, até 2005, as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando, em 2015, igualdade de gêneros na educação, visando principalmente

garantir que as meninas tenham acesso pleno e igualitário, bem como bom desempenho, no ensino primário de boa qualidade.

6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, de forma a que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização lingüística e matemática e na capacitação essencial para a vida. (UNESCO, 2001, p. 18-20)

Em um encontro de cúpula realizado em Johannesburgo em 2002¹² os membros participantes recomendaram à Assembleia Geral da ONU, que promulgasse a “*Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável - (2005 – 2014)*”, que por sua vez atribuiu à UNESCO a tarefa de desenvolver propostas para implementar ações nesta direção.

Basicamente as propostas da UNESCO se resumem em quatro pontos contidos no documento “*United Nations Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014) Framework for the International Implementation Scheme*”, datado de 26 de agosto de 2003:

Promoção e melhoria da educação básica;
Reorientar os programas educacionais existentes;
Desenvolver o entendimento e a consciência das pessoas sobre a sustentabilidade; e
Capacitar os trabalhadores de todos os setores para que tenham conhecimento e habilidades para desenvolverem seu trabalho de maneira sustentável. (UNESCO, 2003, p.2)

A declaração assinada em Jomtien na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos em 1990, ainda hoje serve de parâmetro e diretriz para a definição e implantação de políticas educacionais tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, muito embora, problemas como desigualdade, pobreza e acesso não estão sendo resolvidos, pois a simples manifestações de boas intenções não garantem o cumprimento das propostas.

Outro documento com propostas significativas para a educação é o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI – “***Educação: um tesouro a descobrir***”, coordenado por Jacques Delors, em 1996.

A Comissão que o elaborou partiu de um exercício de reflexão, identificando tendências e ouvindo as necessidades no cenário de incertezas e hesitações que caracterizavam o final do século XX. Neste contexto o texto afirma que: “à educação cabe

fornecer, de algum modo os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele". (DELORS, 1998, p. 89)

Jacques Delors (1998) aponta como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda vida, fundamentada em quatro pilares, que são, concomitantemente, pilares do conhecimento e da formação continuada.

Segundo o relatório os quatro pilares são fatores básicos para a educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos e Aprender a Ser. Destaca o relatório que para uma nova concepção de educação,

[...] deveria fazer com que todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo – revelar o tesouro escondido em cada um de nós. Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica) e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser. (DELORS, 1998, p.90)

Se realmente os legisladores, gestores e professores aderissem processos educacionais, onde se possa ter uma construção coletiva do conhecimento a partir dos quatro pilares propostos pelo relatório de Delors, no lugar de um processo de ensino-aprendizagem preocupado apenas com a absorção passiva de informações, conhecimento e operacionalização. Desta forma, poderá surgir outro modo de atuar em educação, onde competências de pensar e comunicar, saber pesquisar e ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas e ter independência e autonomia sejam alvos a serem perseguidos.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

A abertura da economia, as transformações organizacionais e tecnológicas assim como a pressão cada vez maior por competitividade, a restrição macroeconômica ao crescimento decorrente de programas de estabilização e as incertezas do setor financeiro contribuíram para

as mudanças significativas no mercado de trabalho no panorama mundial, especialmente em países em desenvolvimento, caso este do Brasil.

Todas estas mudanças têm apresentado resultados significativos quanto à eliminação de diversos postos de trabalho, quanto ao aumento da exclusão dos que não têm poder de compra, quanto à concentração do capital, quanto à perda do poder, quanto à governabilidade e quanto às transferências de atividades de competência do estado para o setor privado.

Ianni (1995, p.132-3) afirma que

essa forma de dominação, que se pode denominar “colonialismo de mercado”, subordina povos e governos ao jogo anônimo e às manipulações deliberadas das forças desse mercado, [...] as políticas ditadas pelo FMI e o Banco Mundial acentuam as disparidades sociais entre as nações e no seu interior.

Para estes organismos internacionais e nacionais, a educação é um dos fatores que determinam a condição e o papel do país no contexto da economia mundial. Os países desenvolvidos, com população qualificada, saem na frente na produção de ciência e tecnologia, pois seus investimentos são maiores nestes setores em relação aos países em desenvolvimento, que estão fadados a ficar na dependência e submissão às grandes potências.

Segundo Andreoli (2002, p. 3),

Do ponto de vista liberal, a educação ocupa um lugar central na sociedade e, por isso, precisa ser incentivada. De acordo com o Banco Mundial são duas as tarefas relevantes ao capital que estão colocadas para a educação: a) ampliar o mercado consumidor, apostando na educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania (incluir mais pessoas como consumidores); b) gerar estabilidade política nos países com subordinação dos processos educativos aos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas (garantir governabilidade).

Tanto os organismos internacionais (BM, UNESCO, UNICEF, CEPAL e outros) como os nacionais (representantes dos empresários e dos trabalhadores), com diferentes visões, ao elaborar suas propostas de políticas educacionais procuram, no nível do discurso, atenuar as mazelas causadas pelo capitalismo.

Segundo Oliveira (1999, p. 32), “a legislação de 1996, gestada e promulgada [...], trouxe mudanças significativas para o ensino brasileiro, direcionando sua oferta, financiamento, gestão e interferindo na sala de aula.”

Numa breve análise podemos perceber que a legislação educacional brasileira está sintonizada numa formação que privilegia o econômico. Segundo Martins (2000, p. 78-79), “o que veio, pois, é uma LDB que atende aos interesses do capital internacional expressos pela ideologia neoliberal.” O sistema educacional brasileiro foi afetado por mudanças no sentido de transformar a educação em um serviço, constituindo-se em mais um dos setores a ser regido pela lógica do livre-mercado.

Finalizamos esta reflexão deixando um questionamento: quais os caminhos para atenuar este quadro sócio-político e econômico que vem se consolidando nos dias de hoje, que tem implicado na definição das políticas sociais, dentre elas a educação?

NOTAS

¹ Doutor em Educação pela UNIMEP – área de atuação: Políticas Educacionais, Educação Profissional e Gestão Educacional. Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e da Universidade de Sorocaba – UNISO.

² Documentos a disposição no site: <http://www.worldbank.org/>. Acesso em: 02 set. 2007

³ Fonseca (1996) utiliza o termo “educação primária” ao referir-se às quatro primeiras séries do ensino fundamental (nota explicativa 4, p. 232).

⁴ As Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 Estados-Membros no dia 8 de setembro de 2000.

Todos os Estados-Membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de até 2015, erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/odm_vermelho.php#>. Acesso em: 02 set. 2007.

⁵ Disponível em: <<http://www.eclac.cl/brasil/>>. Acesso em: 01 jul. 2007.

⁶ Disponível em: <<http://www.eclac.cl/brasil/>>. Acesso em: 01 jul. 2007.

⁷ Versão em português: Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

⁸ Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2007.

⁹ Disponível em:

<http://www.unesco.org.br/unesco/sobreaUNESCO/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 02 jul. 2007.

¹⁰ Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien>. Acesso em: 03 jun. 2007.

¹¹ Disponível em:

<http://www.unesco.org.br/areas/educacao/institucional/EFA/objetivosEFA/mostra_documento> Acesso em: 02 jul. 2007.

¹² A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDs), comumente chamada *Rio+10*, ocorreu em Johannesburg, na África do Sul, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002. Foi consequência de dois eventos. O primeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), também conhecido como Cúpula da Terra ou Rio 92, deu-se no Rio de Janeiro em 1992, daí a razão de uma de suas denominações. O segundo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Cnumah), ocorrida em Estocolmo em 1972, foi considerada pioneira no que tange à discussão do conceito de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/31-35.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2007.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. **Banco Mundial em Foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a Iniciativa Via Rápida na América Latina**. São Paulo: Ação Educativa, julho 2005.

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n.1, jun. 2002.

ANDREOLI, Antonio I. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, Pr., ano II, n.13, junho 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2007.

BANCO MUNDIAL. **Priorities and strategies for education**. The World Bank sector review. Washington, D.C., 1995. Disponível em : <

[1099079877269/5476641099080118171/Priorities and Strategies for Ed WB Review.pdf](#)>
. Acesso em: 30 jun. 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Editora Record/CEPAL, 2000.

BUENO, Maria S. S.. Descentralização e municipalização do ensino em São Paulo: conceitos e preconceitos. In, MARTINS, Ângela M., OLIVEIRA, Cleiton de, BUENO, Maria S.S. (orgs.). *Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CEPAL. *Transformação Produtiva com Equidade*. Santiago do Chile, CEPAL, 1990.

_____; UNESCO. **Educación y conocimiento**: eje de la transformación productiva con equidad. Santiago de Chile, agosto 1992.

CORAGGIO, José Luís. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de et al. (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

DELORS, Jacques (Coord.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Brasília : UNESCO/MEC, 1998.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (orgs.) *O Banco mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 229 – 251.

_____. O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional. In: OLIVEIRA, Romualdo P. (org.) *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 85-122.

IANNI, Octavio. *A Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARTINS, Marcos Francisco. *Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?* Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Cleiton de. Municipalização do ensino brasileiro. In: OLIVEIRA, Cleiton de. et al. *Municipalização do ensino no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Objetivo de desenvolvimento do milênio**. PNUD: 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/odm_vermelho.php#> . Acesso em: 01 jul. 2007.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (orgs.) **O Banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

TORRES. Rosa. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (orgs.) **O Banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Educação para todos: a tarefa por fazer*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

UNESCO. *Educação para todos: o compromisso de Dakar*. Brasília: UNESCO/CONSED, Ação Educativa, 2001.

_____. A UNESCO e a OCDE Confirmam a Rentabilidade dos Investimentos na Educação. *Revista Notícias UNESCO*, 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/noticias/revista_ant/noticias2003/mostra_pasta> . Acesso em: 18 ago. 2007.